

**A DUPLA COLONIZAÇÃO DA
MULHER NO ROMANCE
A ESCRAVA ISAURA (1875),
DE BERNARDO GUIMARÃES**

PAGOTO, Cristian¹
BONNICI, Thomas²

¹ Especialista em Literatura e Língua Portuguesa; aluna do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá.

² Professor Associado no DLE/ UEM.

Resumo: Os estudos pós-coloniais aventam novas possibilidades para os estudos da literatura brasileira e uma delas é verificar a dupla colonização da mulher. O presente artigo busca elucidar esse tema através da análise do romance *A Escrava Isaura*. Os resultados mostram que, apesar da opressão colonial e patriarcal, há indícios nas personagens femininas de subjetividade e resistência. **Palavras-chave:** pós-colonialismo; dupla colonização feminina; resistência.

Abstract: Post-colonial studies indicate new ways for a novel analysis of Brazilian literature, especially the subject of female double colonization. Current analysis elucidates this there through a study of *A Escrava Isaura* (1875). Results show that in spite of colonial and patriarchal oppression, there are signs of subjectivity, and resistance in the female characters.

Key words: Post-colonialism; female double colonization; resistance.

I. INTRODUÇÃO

Como qualquer outro termo que é formado pelo prefixo *pós* – pós-modernismo, pós-feminismo – o que demonstra uma sensação de viver no limite do presente e uma certa angústia de não conseguir nomear o futuro, daí a comodidade do epíteto *pós*, a expressão *pós-colonialismo* suscita controvérsias e questionamentos. Contudo, a polêmica em torno do vocábulo e da sua definição é, por um lado, produtiva e denota que o pós-colonialismo não é apenas mais uma terminação metodológica da moda, mas uma teoria que, embora recente, desvela uma consistência de métodos e estratégias de leitura.

Segundo Perrone-Moisés o ensino de literatura, ao longo do século XX, com a diversidade de correntes críticas vem sofrendo “grandes modificações” e nota-se um remanejamento nos currículos e programas universitários. Estes “apresentam uma grande diversidade, e as próprias disciplinas em que se encaixa o ensino da literatura variam conforme os países e as universidades” (1998: 191). A tendência das universidades norte-americanas é incluir a disciplina literatura nos “estudos culturais”. Já em outros países “mantêm-se ainda os departamentos de literaturas nacionais, segundo o modelo implantado no século XIX, mas aos poucos se introduzem no currículo as antigas ‘margens’ coloniais” (PERRONE-MOISÉS, 1998: 193).

O marco inicial dos estudos pós-coloniais, bem como seu direcionamento crítico, é, segundo Bonnici (2005), na

década de 1970, com a obra *Orientalismo* de Edward Said que “causou uma mudança na percepção sobre a maneira como se fabricaram as idéias do Ocidente sobre o Oriente” (9). A “supremacia ocidental” passa a ser questionada e os discursos produzidos por “historiadores, políticos, administradores, missionários”, que sempre serviram para solidificar a imagem ideológica do outro como o diferente, são relidos.

A consequência dessa obra seminal é o surgimento nas últimas décadas de vários livros e publicações focalizando o termo pós-colonialismo. Esse fenômeno é mais visível, sobretudo, no império britânico, talvez “pelo fato de ter sido o mais extenso e o mais estruturado de todos” (BONNICI, 2000: 8), oferecendo assim condições favoráveis para um estudo da literatura inglesa em países distanciados geográfica e historicamente. O prestígio dos estudos-coloniais não é só resultado das diversas publicações de revistas e livros, mas também devido aos mais importantes prêmios ingleses serem concedidos a escritores de outras nacionalidades, como o indiano Salman Rushdie e o sul-africano J. M. Coetzee (Bonnici, 2000).

No Brasil, “dividido entre a influência européia e a norte-americana (...) o multiculturalismo, o pós-colonialismo, o sexismo e outras tendências voltadas para a particularidade aparecem como novos conteúdos de programas, de teses, ou como disciplinas optativas” (PERRONE-MOISÉS, 1998: 194). Contudo, apesar dos esforços da Editora Ática e de Heloísa Buarque de Hollanda, os estudos pós-coloniais ainda são limitados. Mesmo o cânone brasileiro não é objeto de questionamentos (Bonnici, 2000) e entre as várias ausências há, por exemplo, a falta de uma discussão sobre a dupla colonização sofrida pela mulher, vertente que será apresentada mais adiante e que se encaixa perfeitamente nos moldes literários coloniais do Brasil.

Com o objetivo de preencher essa lacuna, faz-se necessário lançar um novo olhar para a literatura brasileira. O presente artigo tem essa pretensão: vislumbrar o romance *A Escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães, sob a ótica da metodologia pós-colonial. Desse modo, reforça-se não só a sua importância, mas aventa-se uma nova luz e possibilida-

des de leitura para uma obra que, geralmente e massivamente, é vista apenas como um romance tipicamente romântico. Portanto, este trabalho parte do pressuposto de que a mulher numa sociedade colonial é duplamente colonizada – não é só a terra a ser conquistada e explorada, mas também a mulher. Para comprovar esse pensamento tem-se a análise de um episódio do romance de Bernardo Guimarães, no qual é possível verificar a exploração da mulher como força de trabalho e como objeto sexual. Bhabha, Toller, Bonnici, Althusser demonstrarão a relação entre feminismo e pós-colonialismo, a dupla colonização da mulher e o outro transformado em objeto.

2. A TEORIA PÓS-COLONIAL

O termo pós-colonialismo possui dois sentidos amplos: pode ser usado no sentido temporal ou cronológico – assim usa-se a expressão “Brasil pós-colonial” para referir-se ao país que não está sujeito ao imperialismo da metrópole; ou pode indicar uma conotação conceitual – uma experiência política, lingüística e cultural das sociedades que deixaram de ser colônia. Por esse segundo prisma, a teoria pós-colonial investiga a ideologia, na maioria das vezes obliterada ou escondida, presente nos textos literários e históricos e as marcas que a colonização deixou nesses textos durante e após a colonização. Dessa forma, pode-se estudar a literatura brasileira nos termos pós-coloniais desde o século XVI até hoje.

Como observa Bonnici (2000) “pode parecer inusitado” analisar a literatura nacional de acordo com as estratégias pós-colonialistas. Mas como acrescenta em seguida:

Queira ou não, toda a literatura brasileira é marcada pelo colonialismo. A narração dos eventos, o suprimimento dos textos e a canonização das obras terão novas interpretações quando forem vistos pelo prisma teórico do pós-colonialismo. Ficariam mais claros problemas como a formação da alteridade, a dicotomia entre sujeito e objeto, a ausência e a recuperação da voz do escravo e do colono, a dupla colonização feminina (BONNICI, 2000: 272-273).

O item que será analisado neste artigo é a questão da dupla colonização da mulher, atentando para o fato de que entre feminismo

e pós-colonialismo há mais que somente aproximação, mas uma “interatividade entre os dois discursos” (BONNICI, 2000: 153).

Se o pós-colonialismo investe contra a estrutura imperial que exerce poder sobre o colonizado, o feminismo busca combater a sociedade patriarcal. As duas teorias assemelham-se pela ênfase dada à linguagem. Outros conceitos-chave, comuns aos dois, reforçando a dialética metrópole/homem e colônia/mulher, são as questões referentes à identidade, diferença, silêncio e imitação. Em suma, “o objetivo dos discursos pós-coloniais e do feminismo é a integração da mulher marginalizada à sociedade” (BONNICI, 2000: 16).

A mulher é a metáfora da colônia. Enquanto o colonizador volta os olhos e seu poder para as terras a serem conquistadas, visando-as como território a ser penetrado e explorado materialmente, o homem, por analogia, vê o corpo da mulher como uma colônia: um corpo que pode, assim, ser penetrado e usufruído como um território geográfico. O homem mostra, portanto, seu poderio das duas maneiras, o que explica a expressão duplamente colonizada atribuída às mulheres: tanto como colonizador de terras quanto da mulher, é ele quem domina e exerce seu poder sob ambas.

Como a mulher é duplamente colonizada, convém discutir primeiro a situação da “opressão colonial ou a submissão patriarcal” (BONNICI, 2005: 29)? A opressão colonial é resultado da visão do colonizador que, simbolizando a metrópole e todo seu poderio, exerce domínio sob o colonizado – figura representativa da colônia. A metrópole é a autoridade e à colônia não resta mais nada senão demonstrar obediência e docilidade. A submissão patriarcal, por sua vez, é resultado da inferiorização da mulher diante à superioridade masculina. Assim, como a metrópole exerce seu poderio sob a colônia, o homem prova sua superioridade diante da mulher, fazendo dela uma propriedade, como se fosse, enfim, extensão de seu patrimônio territorial.

Uma das discussões pós-colonialistas é a situação do sujeito colonizado como objeto ou o outro. Na maioria das vezes, a literatura pós-colonial é utilizada para consolidar e

permitir a continuidade da ideologia dominante, ou seja, da ideologia do colonizador branco e europeu. Esta é apresentada como superior, a Outra, provocando uma conseqüente desvalorização da cultura e da literatura do colonizado, o outro, já que sua produção escrita é rotulada de “marginal” ou “não-canônica”, enfim de periférica.

A imagem negativa do outro/colonizado foi acentuada pelo próprio poder do imperialismo ao permitir e mesmo legitimar os discursos sobre primitivismo e canibalismo. Assim, “o colonizado é uma criação do império e, ao mesmo tempo, o sujeito degradado do discurso imperial” (BONNICI, 2005: 48). Tem-se, portanto, uma representação que favorece a uma ilusão de realidade e fabrica-se uma “verdade”, pois o discurso colonial produz o colonizado como o outro. Representar nesse caso é deformar, manipular, construir uma realidade baseada no binarismo: colonizador/colonizado ou “eu”/“ele”. E essa dicotomia carrega uma outra: “pouvoir/savoir”. O colonizador é aquele que tem o poder porque tem o conhecimento (ou vice-versa?), enquanto o colonizado é o outro aculturado e, portanto, incapacitado de governar e administrar (Bhabha, 1998).

A deformação da realidade é acentuada também pelo estereótipo. A “sua principal estratégia discursiva é uma forma de conhecimento e identificação que vacila entre o que está sempre ‘no lugar’, já conhecido, e algo que deve ser ansiosamente repetido” (BHABHA, 1998: 105). O estereótipo, ainda segundo Bhabha, produz um efeito de verdade que é repetido “em excesso”; uma repetição constante é, por exemplo, a imagem do negro. É retratado como “um ser dilacerado e psicologicamente desestruturado, por anos de colonização e de aviltamento, com a destruição de suas culturas originais e a imposição dos valores ocidentais” (FIGUEIREDO, 1998: 64). O negro só se sente inferior a partir do contato com o branco e esse relacionamento entre as duas culturas faz com que o negro se sinta inferior, porque ele é, segundo Figueiredo “uma criação da Europa” (64) ou em outros termos “um *constructo*, ou seja, uma construção cultural do mundo branco” (68). A partir desse contato o negro passa por uma espé-

cie de “crise identitária”, pois seus valores são negados pelo branco e levando-se em conta que o homem só é reconhecido como homem no momento que um outro o reconhece como homem, o negro seria um não-homem?

Outra repetição constante é a do corpo da mulher – mulher colonizada negra ou nativa – como objeto de desejo. Sua sensualidade e sua sedução – repetida em excesso nos discursos literários e históricos – criou no imaginário coletivo uma “verdade”. Assim, “o fetiche sexual está intimamente ligado ao ‘objeto bom’; é ele o elemento do cenário que torna o objeto todo desejável e passível de ser amado, o que facilita as relações sexuais e pode até promover uma forma de felicidade” (BHABHA, 1998: 121).

Na literatura brasileira tem-se dois (mas não os únicos) exemplos da mulher mestiça ou mulata como sensual e desejável: Rita Baiana, do romance *O Cortiço* de Aluísio de Azevedo, e Gabriela, do livro de Jorge Amado *Gabriela, Cravo e Canela*. Ambas representam figuras de desejo e sedução e consolidam o estereótipo da mulher volúvel, reforçando a crença de que realmente “toda” mestiça é fortemente sexuada e, portanto, suscetível de ser conquistada.

O estereótipo cria uma falsa representação da realidade que, como é excessivamente repetida, é transformada em “verdade”. Não é preciso conhecer o negro, pois “todo” negro é embrutecido; não é preciso conhecer o índio, ele é “sempre” indolente; e sabe-se antecipadamente que “toda” mulata ou mestiça é sensual, a ponto do colonizado perder sua individualidade: “Desumanizado, inferiorizado, o colonizado não existe em sua individualidade. Há um apagamento de todas as diferenças pessoais, pois o colonizador só se refere ao colonizado em bloco, no plural: ‘Eles são assim mesmo, preguiçosos, ignorantes...’” (FIGUEIREDO, 1998: 66). As mesmas histórias são, então, repetidas. Mas nos estereótipos há uma contradição:

o negro é ao mesmo tempo selvagem (canibal) e ainda o mais obediente e digno dos servos (o que serve a comida); ele é a encarnação da sexualidade desenfreada e, todavia, inocente como uma criança; ele é místico, primitivo, simplório e, todavia, o mais escolado e acabado dos mentirosos e manipulador de forças sociais (BHABHA, 1998: 126).

Nesse caso, a ambivalência que aparentemente parece acentuar um aspecto negativo ao lado de outro positivo, não passa de uma ilusão, pois, nesse caso a ambivalência faz-se em termos de negativo/negativo: o negro é selvagem, mas é submisso; é sexualizado, mas é inocente. Assim, cria-se a imagem de um ser que, embora canibal, é doce, ou seja, ele é facilmente dominado e seus aspectos “negativos” não constituem barreiras para sua colonização e sua dominação, antes favorecem. A ambivalência do estereótipo pode ser petrificada nesse caso, pois aqui não há um elemento na verdade positivo: o colonizado é um ser inteiramente degenerado e se em alguma situação é retratado “positivamente” é apenas para acentuar seus aspectos vulneráveis à conquista.

Na literatura pós-colonial desfaz-se, portanto, a relação de igualdade entre o sujeito e o outro formulada por Sartre, em *O Ser e o Nada*. Na sua filosofia existencialista a comunicação faz-se de sujeito para sujeito, não há uma hierarquização: se o outro pode ser considerado objeto, assim também o sujeito pode assumir essa mesma função. A hierarquia, no entanto, é estabelecida nas sociedades pós-coloniais; o colonizador (Outro) é o sujeito, enquanto o colonizado (outro) é o objeto, assumindo uma função de subalterno e de inferioridade.

Dessa forma, a relação entre o outro (colonizado) e o Outro (colonizador) faz-se em termos de sujeito e objeto. O indivíduo das colônias é objetificado pelo olhar da metrópole, e, transformado em mercadoria e/ou escravo, simbolizando o poder do colonizador – homem branco e eurocêntrico – diante do nativo. Este é representado, normalmente, como nu e mudo, exótico e submisso. Alguns críticos vêem o colonizado de forma pessimista (Spivak), como aquele que não encontra espaço para falar, outros (Bhabha) acreditam que ele pode recuperar a sua voz através da paródia e da mímica.

Distanciando-se da teoria do sujeito de Sartre e adotando a perspectiva de Lacan e Freud, vê-se que a fabricação do outro/colonizado como diferente (leia-se inferior) faz dele “uma presa fácil à dominação, à manipulação e à fossilização binária própria do relacionamento metrópole-colônia” (BONNICI,

2000: 53). Com a inferiorização do nativo e sua “aculturação” torna-se mais fácil dominá-lo e apropriar-se de sua terra.

Na teoria pós-colonial o Outro é o centro imperial, o discurso imperial, a metrópole. O Outro proporciona os termos através dos quais o sujeito colonizado fabrica sua identidade dependente. O Outro é também o aparato ideológico absoluto através do qual o colonizado começa a se ver e a ver o mundo ao redor dele. Portanto, o sujeito colonial existe no fitar e no olhar do outro e, sendo o poder colonizador como um fator maternal, introduz noções de pátria e de seus derivados em sua ideologia (BONNICI, 2000: 133).

Althusser (1980) faz um estudo do modo como a ideologia interpela os sujeitos. Segundo ele é através da ideologia que se conhece o mundo e ela só existe “pelo sujeito e para sujeitos” (93), ou seja, é ela que transforma os indivíduos em sujeitos e estes, por sua vez, são sujeitos ideológicos. Na acepção de Althusser, ser sujeito é uma evidência e como tal, como toda evidência (inclusive esta) é um “efeito ideológico”. “Aliás, é próprio da ideologia impor (sem o parecer, pois que se trata de ‘evidências’) as evidências como evidências” (95-96). Se a ideologia torna as coisas evidentes sua função está relacionada a duas atitudes: conhecer e desconhecer. É através do reconhecimento ideológico (um aperto de mão, o nome próprio) que os sujeitos vêm-se como sujeitos. Para ele todo sujeito é um ser individual, inconfundível e insubstituível.

Althusser denomina de interpelação o momento em que o indivíduo transforma-se e reconhece-se como sujeito. Para ele existem alguns aparelhos ideológicos que interpelam o sujeito, entre eles a Igreja, a Escola e a Família. A interpelação do sujeito no discurso colonial faz-se através da palavra do colonizador ao interpelar-chamar o colonizado como um ser diferente, exótico, selvagem. O Sujeito aparece como o homem civilizado e superior e, portanto, pode interpelar o outro sujeito como inferior atribuindo a ele uma condição de submissão. A inferiorização do sujeito-colonizado é perpetuado pelos discursos ideológicos para que a dominação seja assegurada, “para que as coisas sejam o que devem ser: para que a reprodução das relações de produção seja, até nos processos de produção e de circulação, assegurada dia após dia na ‘consciência’, isto

é, no comportamento dos indivíduos-sujeitos” (ALTHUSSER, 1980: 114). É essa interpelação do sujeito-colonizado como sujeito pelo Sujeito que transforma o colonizado em objeto, ou seja, o sujeito colonizado é produzido pela ideologia.

Essa noção do outro/colonizado como objeto é mais acentuada quando se trata das mulheres colonizadas, daí a expressão duplamente colonizada relacionada a elas. A experiência da mulher colonizada não pode ser reduzida à mesma semelhança do homem colonizado. As mulheres são oprimidas, primeiro pelo próprio sistema de colonização – o colonizador vê o colonizado como objeto e como força de trabalho, num segundo momento elas são discriminadas e reduzidas à mercadoria ou a objeto sexual por ser mulheres. Assim, não se pode fechar os olhos para a diferença de gênero dos colonizados.

A redução e a representação da mulher colonizada como objeto (a outra) é muito acentuada nas imagens divulgadas pelas colônias: nas “primeiras [nas colônias invadidas], a pictografia do corpo feminino sexualizado, com fortes conotações de desvios sexuais, reproduzida no século XIX, construí estereótipos do outro diferente, os quais permanecem até o presente. Nas outras, [colônias de colonizadores brancos] o corpo das indígenas (Ameríndias, Aborígenes) foi vitimado pelo discurso de poder e usado como recipiente reprodutivo” (BONNICI, 2005: 30). Em geral, o corpo feminino é sexualizado e mero elemento de procriação e a figura da nativa ou mulata sensual são perpetuados na forma de estereótipo, criando um falso realismo. O “corpo está sempre simultaneamente (mesmo que de modo conflituoso) inscrito tanto na economia do prazer e do desejo como na economia do discurso, da dominação e do poder” (BHABHA, 1998: 107). O corpo da mulher é explorado por sua força de trabalho e pelos desejos que incessantemente provocam; é usado para satisfação de desejos e são até “valorizadas” como reprodutoras pelo poder de branqueamento da nação. A união da mulher negra com o colonizado branco, nesse caso, é positiva. A máquina colonial, branca e masculina, pode perpetuar seu poder e sua dominação. De acordo com essas considerações será abordado, em seguida, o romance.

3. A DUPLA COLONIZAÇÃO DA MULHER

Para comprovar a dupla colonização sofrida pela mulher, apresenta-se uma análise de um episódio do romance *A Escrava Isaura* (1994), de Bernardo Guimarães, publicado em 1875. O enredo, construído com todos os elementos típicos do romance romântico, não se reduz, como o título sugere, ao tema da escravidão e dos seus abusos; o eixo central da história é o amor e, portanto, não constitui um romance de tese, pois apenas utiliza a temática da escravatura sem, todavia, problematizá-la. Além disso, mostra uma atitude benevolente do narrador diante do negro ao representá-lo com um certo paternalismo: apresenta a escravidão como um fatalismo e como uma sociedade sólida, devido a naturalidade e a neutralidade do discurso literário do romance.

Resumidamente, a narrativa revela a história de Isaura, escrava “branca”, criada e educada como filha pela mãe de Leôncio, o cruel patrão, que mesmo casado com Malvina não deixa de assediar Isaura. Constantemente atormentada por ele, ela consegue fugir para o Recife com o pai Miguel, onde conhece Álvaro, rico e abolicionista, por quem se apaixona. Leôncio, porém, consegue resgatá-la. Mas Álvaro, descobrindo a falência de Leôncio, compra os títulos de sua dívida e manda executar a falência. Perdido, Leôncio suicida-se e o amor vence.

É interessante observar que nas últimas décadas do século XIX, tornou-se “premente considerar o novo *status* social do negro diante do colapso da ordem escravista” (TOLLER, 1994: 140) e os escritores passaram a considerar a temática das desigualdades raciais impulsionados não só pelos movimentos abolicionistas, como também pelos ideais científicos e positivistas de época. Assim, o “discurso literário brasileiro no século XIX foi impregnado pela ideologia racial vigente. A própria solução do autor, continua Toller, foi criar uma escrava branca para endossar o abolicionismo, fazer dela uma heroína “casável dentro dos padrões da novelística romântica” (141). Nesse caso, a miscigenação não é vista de forma negativa ou depreciativa – como a vê Silvio Romero ou José Veríssimo, referindo-se a ela como a causa das fraquezas e vícios do povo brasileiro; mas como “úni-

ca solução possível para o dilema racial brasileiro, dada a maior sobrevivência e hegemonia final do componente racial superior – o branco” (TOLLER, 1994: 141).

A escrava Isaura personifica essa situação: uma escrava branca, consolidando, assim, a teoria do branqueamento da nação, que é dócil e espantosamente submissa – só não é conivente em permitir ou conceder os “favores” que Leôncio solicita. Suas características exaltadas são sempre positivas, não só as físicas, “o porte esbelto e a cintura delicada” (GUIMARÃES, 1994: 14), mas sobretudo seus atributos morais, herdados do pai português e branco: Miguel. Ele não hesita em se humilhar perante o comendador, pai de Leôncio, pedindo a liberdade da filha e sempre se mostra ao leitor como humilde e de bom coração: “Muito pode o amor paterno em uma alma nobre e sensível!...” (GUIMARÃES, 1994: 40). Isaura só pode ser heroína porque é branca e esse fato revela um problema bem maior: o branco colonizador como bom e culturalizado, daí tem o “direito” de exercer seu poder, diante do negro/colonizado tido como uma figura preguiçosa sem cultura, por isso, suscetível a ser domesticado.

A cena a ser analisada inicia-se no capítulo VII e tem continuidade no capítulo IX, ela é interrompida por uma digressão apresentada no capítulo VIII. Trata-se do momento que Malvina abandona Leôncio ao descobrir seus encantos por Isaura e volta para a casa do pai. À escrava é ordenada deixar seus afazeres “leves” da casa e é mandada “fiar e tecer lã e algodão” (GUIMARÃES, 1994: 43) juntamente com outras escravas. A cena descreve o trabalho delas e a chegada de Isaura, logo depois elas se retiram para jantar e chega Leôncio (capítulo VII). Inicia-se, então, o diálogo entre este e Isaura (capítulo IX).

Segundo Toller (1994) muitas vezes o discurso literário oitocentista representou a maldade e a crueldade “na figura do proprietário de escravos”. Leôncio é a personificação do senhor de escravos tirano e devasso, uma figura que inspira medo e explicita o poder do estereótipo. É caracterizado pelo narrador, desde o início, como um sujeito “incorrigível” e “turbulento” que gastava a fortuna dos pais em “vícios e loucas fantasias” e

acabou tornando-se um jovem de “cérebro vazio” e “alma corrompida” (GUIMARÃES, 1994: 17). Por outro lado, Isaura distancia-se dos estereótipos de escrava: é descrita como “bela e nobre figura de moça”, de pele alva, tendo herdado da mãe escrava apenas os cabelos negros. Aprendeu a ler e escrever, coser e rezar; também aprendeu tocar piano, dançar e ainda a falar o italiano e o francês – era como uma jóia lapidada e polida pela mãe de Leôncio, uma jóia apreciável. Portanto, além de herdar os traços e a beleza da cultura branca, Isaura é educada, segundo padrões europeus, para o colonizador, ou seja, ela é uma figura polida para agradar e servir a seus donos.

Ao não se sujeitar aos “caprichos” do patrão, Isaura é punida com o trabalho de fiar. Nesse instante, quando as escravas estão reunidas no salão tem-se a descrição de uma harmoniosa hierarquia que, porém, não passa de ilusão:

Eram de vinte a trinta negras, crioulas e mulatas, com suas tenras crias ao colo ou pelo chão a brincarem em derredor delas. Um conversavam, outras cantaloravam para encurtarem as longas horas de seu fastidioso trabalho. Viam-se ali caras de todas as idades, cores e feitios, desde a velha africana, trombuda e macilenta, até à roliça e luzidia crioula, desde a negra brunida como azeviche até à mulata quase branca (GUIMARÃES, 1994: 43).

Essa cena revela a paz doméstica e o trabalho escravo como natural, e assim é mais fácil aceitá-lo e, é claro, contribui para sua imposição. Mas logo adiante, a impressão inicial de harmonia é desfeita, pois vem à luz a objetificação das escravas: são objetos de trabalho e assim são tratadas, como desvela uma escrava que está na roda a fiar:

– Também a dizer a verdade, não sei o que será melhor, – observou outra escrava, – se estar na roça trabalhando de enxada, ou aqui pregada na roda, desde que amanhece até nove, dez horas da noite. Quer-me parecer, que lá ao menos a gente fica mais à vontade (GUIMARÃES, 1998: 44).

A fala demonstra a realidade de mulheres tratadas como objeto – como a outra inferiorizada e submissa diante o Outro, o senhor de escravos –, se algumas vezes não são objetos de desejo e sexo, são exploradas como força de trabalho, pregadas à roda o dia inteiro até à noite. Outro ponto a ser

considerado na citação acima é a ilusão de que o trabalho na lavoura é menos escravo do que o de tear, talvez o campo passe a ilusão de liberdade, ao passo que no salão onde ficavam a fiar elas sentiam-se mais presas pelo próprio ambiente fechado. Isso evidencia, ainda, a falta de consciência das escravas: como podem pensar que o trabalho na roça é menos escravo? Existe um trabalho menos escravo?

A continuação do episódio, o diálogo entre Isaura e Leôncio, simboliza perfeitamente a relação colonial entre o Outro – colonizador/senhor – e a outra – colonizada/escrava. Desvela, também a condição da mulher duplamente colonizada: Isaura é submissa por ser escrava e mulher; ela é considerada objeto por Leôncio que a vê como “seu único herdeiro”:

– ... que necessidade tenho eu de pedir aquilo que de direito me pertence? Lembra-te, escrava ingrata e rebelde, que em corpo e alma me pertences, a mim só e a mais ninguém. És propriedade minha; um vaso, que tenho entre minhas mãos, e que possa usar dele ou despedaçá-lo a meu sabor (GUIMARÃES, 1998: 60).

A fala de Leôncio evidencia a condição de objeto – a outra – de Isaura e desvela a interpelação do sujeito definida por Althusser: ele refere-se à Isaura como “escrava ingrata e rebelde” e nessa interpelação fica evidenciado a construção do outro/colonizado como sujeito inferiorizado e, conseqüentemente, submisso; se o sujeito é interpelado como propriedade ele acaba identificando-se como tal. Isaura é uma “propriedade” ou simplesmente “um vaso”, uma mercadoria que pode ser usada, pois de “corpo e alma” pertence ao seu senhor. Portanto, Isaura não é só objeto de trabalho escravo, é também vista por Leôncio como objeto de desejo. Apesar da escrava admitir que “o coração é livre; ninguém pode escravizá-lo” (GUIMARÃES, 1994: 60) sua fala não é ouvida. Logo em seguida, Leôncio acrescenta:

– Todo o teu ser é escravo; teu coração obedecerá, e se não cedes de bom grado, tenho por mim o direito e a força... mas para quê? Para te possuir não vale a pena empregar esses meios extremos. Os instintos do teu coração são rasteiros e abjetos como a tua condição; para te satisfazer far-te-ei mulher do mais vil, do mais hediondo de meus negros (GUIMARÃES, 1998: 60).

Esse relacionamento metrópole-colônia simbolizado pelos personagens senhor/escrava denota “como o poderio masculino tenta impor sua vontade sobre a mulher sem pedir seu consentimento, objetificando-a e tentando anular a sua identidade” (BONNICI, 2000: 175). Se Isaura é a outra, a escrava, então Leôncio tem “o direito e a força” sobre o seu destino. Pode até mesmo castigá-la com um casamento. Para Toller (1994) esse fato está relacionado ao “imaginário erótico” do Brasil do final do século XIX que crê na imagem da mulher negra ou mulata como precocemente sexualizada. “Tanto na literatura brasileira quanto na norte-americana, recorre-se abundantemente à representação de uma crueldade especificamente sexual, na construção das relações entre o proprietário e suas escravas” (154). Mas diante o romantismo e uma sociedade “moralista” e recatada, os escritores não se aventaram em apresentar cenas de assédio sexual.

O corpo de Isaura está descrito como força de trabalho, realiza afazeres domésticos dentro da casa grande e serve primeiro a sua senhora e depois simboliza o corpo que desperta desejos. Embora no romance a descrição corporal apareça de forma singela, não se pode esquecer da típica representação da “mulata” ou mestiça como uma figura sensual e provocante, muitas vezes criada por escritores para consolidar o imaginário coletivo e, transformada num estereótipo, representar a “verdade”. Isaura é fruto de uma relação entre uma negra e um branco, mas é sempre descrita como mulher branca, porém sem os privilégios desta, pois sua descendência ou origem não permite. E por ser descrita tipicamente como uma figura branca talvez a relação entre mulata/desejo tenha sido abrandada, o que confere à Isaura uma figura mais angelical do que sedutora, distanciando-se de personagens como Rita Baiana (*O Cortiço*) ou Gabriela, (*Gabriela, Cravo e Canela*), nas quais a cor da pele assume uma dimensão de fetiche, como atesta Figueiredo: “o significante-chave do estereótipo é a cor da pele, o fetiche do discurso colonial, o corpo do negro é sempre objetado, olhado, fixado” (1998: 73), dessa forma a cor da pele é vista com o olhar do colonizado/

homem. A sensualidade pejorativa em *A Escrava Isaura* está apenas na descrição da mulata Rosa: “esbelta e flexível de corpo, tinha o rostinho mimoso, lábios um tanto grossos, mas bem modelados, voluptuosos, úmidos, e vermelhos como boninas” (GUIMARÃES, 1994: 43). Nota-se nessa descrição um olhar masculino, capaz de construir ou fabricar uma imagem de mulher sedutora e, por isso, facilmente conquistada, além de demonstrar qual o seu lugar na sociedade. A sua passividade é ressaltada mais adiante: “Rosa havia sido de há muito a amásia de Leôncio, para quem fora fácil conquista, que não lhe custou nem rogos nem ameaças” (47).

Isaura não endossa a relação do outro colonizado como aquele que é degenerado. Só são apresentadas as suas qualidades – se considerar a sua extremada submissão como qualidade! Ela reflete a busca por uma sociedade branca emoldurada nos padrões europeus e brancos (toca piano, fala francês e italiano): é o antagonismo da mulher ocidental – branca, culta, educada e moderna – e a mulher colonizada – ignorante, domesticada e sexualizada. Bernardo Guimarães conseguiu fazer da sua narrativa menos um emblema abolicionista (ao menos se se considerar as maldades de Leôncio como um apelo à liberdade) do que uma temática escravocrata como pano de fundo para uma história de amor.

Outro ponto a ser observado é a relação amorosa entre os personagens Isaura (branca na descrição, mas “mulata” de origem) que é desejada por Leôncio (branco) e depois se apaixona por Álvaro (branco) e, ainda, é pretendida por Henrique (branco), irmão de Malvina. A escrava não se vê assediada por um negro nem tão pouco irá unir-se a ele. Esse fato revela uma predominância no discurso literário: a relação entre um homem branco e uma mulher não-branca – o branqueamento da nação; ou ainda em outro termos (em termos pós-coloniais), a união do colonizador ao colonizado, promovendo uma certa valorização deste, e reforçando metaforicamente o “quadro da conquista e o reassseguramento da ordem patriarcal” (TOLLER, 1994: 144). A posse da mulher é a metáfora da conquista e Isaura é o símbolo do poder colonial: seu branqueamento e sua submissão. Uma submissão que, no entanto,

não se revela inteiramente, pois ao contrário da personagem Rosa, que facilmente se deixa explorar sexualmente, Isaura demonstra resistência através de sua voz; ao ser assediada por Leôncio, ela responde: “Nunca! Eu cometeria uma traição infame” e mais adiante: “O que o senhor acaba de dizer, me horroriza” (GUIMARÃES, 1994: 59). Assim, procura se impor como sujeito apesar do poder patriarcal.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do romance *A Escrava Isaura* demonstrou como é possível construir e desconstruir o discurso colonialista. Escritores e historiadores procuraram construir o outro/colonizado em seus textos como aquele inferiorizado e submisso e, assim, perpetuaram a sua imagem, através do estereótipo, com um discurso ideológico e revelado como “verdade”.

Desvelou-se, portanto, o processo de fabricação do outro: Leôncio fabrica a imagem-verdade da escrava; demonstra seu poder não só como proprietário de terras e escravos, mas também como proprietário de mulheres, revelando a opressão colonial – Leôncio/colonizador e Isaura/colonizada – e a submissão patriarcal – homem/mulher. Isaura é a metáfora da propriedade territorial, uma propriedade exclusiva de seu dono, sendo a extensão da colônia. Também se procurou desconstruir essa imagem por meio de uma abordagem de leitura que desfez os estereótipos e as “verdades”. Isaura foge fisicamente dos estereótipos da escrava negra, tipicamente sensual, lasciva e submissa; é escravizada, por um lado, devido sua descendência negra e, por outro, pelo fato de ser mulher, revelando, assim, a condição de duplamente colonizada.

O colonizador utiliza o processo de colonização como sinônimo de civilizar e nesse processo acaba usando do poder e da suposta superioridade (da sua força e do seu intelecto) para criar o colonizado/negro e, assim, fazer e escrever a “história”. Nesse caso, a usurpação vira legitimidade e o discurso colonial além de buscar “reformatar” o outro/colonizado acaba acentuando as diferenças, separando os indivíduos em seres superiores e inferiores.

Nesse contexto, a mulher é ainda mais marginalizada. Ela é explorada como a outra/colonizada, assim como o são

os homens, e também por ser mulher: a mulher é vista como objeto sexual facilmente conquistado e no discurso brasileiro a mulher mestiça ou mulata é vista pelo olhar do branco-colonizado como sensual e sedutora. Essa assume o estereótipo da mulher que fornece prazer em oposição à mulher branca colonizadora que apenas serve para o casamento e para procriação, ressaltando também a busca pelo branqueamento da nação, outro ponto interessante a ser levantado no romance.

Isaura, fisicamente branca, mas emocionalmente escrava, é sempre docilmente submissa (como deveria ser toda escrava aos olhos do colonizador). O seu comportamento de escrava contrasta com sua aparência de mulher européia e superior. No entanto, o que fala mais alto (nesse caso grita) é sua origem, sua descendência: Isaura nascera escrava e isto a marca na sociedade. Todos esses aspectos, em geral, são relegados ou mesmo nem lembrados numa leitura do romance, pois em geral o que é acentuado são as suas características românticas. O trabalho proposto buscou elucidar essa ausência e fornecer caminhos para outras análises pós-colonialistas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. Lisboa: Editorial Presença, 1980.

BHABHA, Homi K. *O Local da Cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço, Gláucia Renate. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BONNICI, Thomas. *Conceitos-chave da Teoria Pós-colonial*. Maringá: Eduem, 2005.

BONNICI, Thomas. *O Pós-colonialismo e a Literatura: estratégias de leitura*. Maringá: Eduem, 2000.

FIGUEIREDO, E. *Construções de Identidades Pós-coloniais na Literatura Antilhana*. Niterói: EDUFF, 1998.

GUIMARÃES, Bernardo. *A Escrava Isaura*. 2ed. São Paulo: Ática, 1994.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Altas Literaturas: escolha e valor na obra crítica de escritores modernos*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

TOLLER, H. G. *As Marcas da Escravidão*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.